



CONTRATO n° 049/2018

Contrato de Prestação de serviço vinculado à licitação abaixo especificada, lei n° 8.666/93 e alterações posteriores. Concorrência 001/2018

O MUNICÍPIO DE GENERAL CAMARA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua David Canabarro, 120, CNPJ 88.117.726/0001-50, neste ato representada pelo Sr. **HELTON HOLZ BARRETO**, Prefeito Municipal, CPF 014.180.370 – 36, aqui denominado CONTRATANTE, e LICITANTE VENCEDOR **ELISANDRA GROSS CAMPOS** com sede em Volta dos Freitas, no Município de **General Câmara**, CNPJ n° 17.342.887/0001 – 07, representada pelo seu Sócio **ELISANDRA GROSS CAMPOS**, CPF **11152006691**, aqui denominado CONTRATADA, tem entre si, certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipulados:

1. DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual no município de General Câmara – RS, conforme anexos da Concorrência 001/2017, no(s) seguinte(s) itinerário(s):

Roteiro 002

Escola :E.M.E.F. Professora Oraidia Faleiro Pereira e E.M.E.F Maria Luiza da Rocha Pires

Km diária: aproximadamente 149 km por dia

Hora de Saída: 06: 25h da Volta dos Freitas em direção ao Macegal , Fazenda Real , desce até o Sr. Miguel , EMEF Professora Oraidia Faleiro Pereira , nos corredores : Águas Boas, do Sr. Dama . Passa pelos corredores do Nego Toco, Sr. Serginho e Sr. Valdir até a EMEF Professora Oraidia Faleiro Pereira e vai em direção a EEEF Maria Luiza da Rocha Pires , indo até a ponte de ferro retornando para a EEEF Maria Luiza da Rocha Pires, chegando às 8: 05h.

Hora de Saída : 11:30h da EEEF Maria Luiza da Rocha Pires , levando alunos da Escola, do Ensino Médio e APAE até a Encruzilhada para embarcarem no ônibus do motorista Eder. Volta trazendo alunos do turno da tarde da EEEF Maria Luiza da Rocha Pires às 12:00h, segue até a EMEF Professora Oraidia Faleiro Pereira, pega alunos no Macegal até a Volta dos Freitas.

Saída : Sai às 12: 12h da E.M.E.F Oraidia Faleiro Pereira buscar duas alunas elevá-las em casa no final do corredor do Sr. Dama.

Saída : Sai às 16:00h E.E.E.F, Maria Luiza da Rocha Pires levando alunos até a ponte de ferro

Saída : Sai às 18: 30h, busca alunos do Ensino Médio e APAE, que vem com o motorista Eder até a encruzilhada e os leva até a Volta dos Freitas.

Motorista: Marcio Pereira Brandão , RG: 1083288827 , CPF: 820.265.800/49

Carteira Nacional de habilitação- Categoria : AE - Telefone de contato : 999284134



Veículo: M. Benz **Placas** ILN 1679/RS
Ano:2003 , **21 lugares** **Nº Chassi** 9BM6881773B346116

1.2 Os serviços, objeto da presente Licitação deverão ser prestados nos trechos indicados no item 1.1.

1.3 Os roteiros, quilometragem e horários, poderão sofrer alterações para mais ou para menos, conforme a demanda de alunos matriculados em cada escola.

2. DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 O preço para o presente é de R\$ 2,57 (dois reais com cinquenta e sete centavos) por quilometro rodado, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pelo Contratado, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

2.2 O Pagamento para a empresa vencedora será efetuado de mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço, após o recebimento da nota fiscal/fatura acompanhada da solicitação de pagamento emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

2.3 Serão processadas as retenções previdenciárias e de ISSQN conforme legislação vigente, se aplicável.

2.4 A despesa decorrente do objeto desta licitação deverá correr pela seguinte dotação orçamentária:
Secretaria de Educação Rubricas : 391,374,396,400,409, 419.

2.5 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela Contratada em nome de:

Prefeitura Municipal de General Câmara – RS

CNPJ: 88.117.726/0001-50

Rua David Canabarro, 120, Centro, General Câmara – RS CEP 95.820-000

E deverá ser apresentada Nota Fiscal / Fatura para cada Roteiro contratado.

2.6 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter em seu corpo o Nome do Banco, Agência e Conta Corrente na qual será realizado o depósito pela Prefeitura.

2.7 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme a demanda de alunos.

3. DOS PRAZOS

3.1 O prazo para início do serviço referido no objeto é de no máximo 03 (três) dias após a assinatura do Contrato.

3.2 O prazo de execução dos serviços descritos no objeto é durante o ano letivo de 2018 com as seguintes previsões:

Início: entre 18 e 26 de fevereiro de 2018.

Término: em dezembro de 2018.



4. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

4.1 A Contratante poderá alterar o contrato quando conveniente ao interesse público sempre através de Termo Aditivo, devendo ainda fazê-lo na ocorrência dos seguintes eventos:

4.1.1 quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa dos serviços, nos limites da Lei 8666/93.

4.1.2 quando necessária a modificação da forma de pagamento.

4.1.3 para estabelecer novo equilíbrio financeiro inicialmente pactuado.

4.1.4 outras hipóteses previstas em lei.

4.1.5 devido a demanda de alunos matriculados.

5. DAS PENALIDADES

Ao fornecedor total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais:

A – Advertência;

B – multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, dependendo a gravidade da infração:

A multa referida no item acima, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato;

A multa aplicada após regular processo Administrativo será descontada da garantia do respectivo contrato, se houver;

Sendo a multa em valor superior ao da garantia prestada, ou se não exigir garantias o contrato, esta será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

C – Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a dois anos; e,

D – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que lhe aplicou a penalidade.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1 Do Município

6.1.1 Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.1.2 Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo término da prestação de serviço do objeto desta licitação;

6.1.3 Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

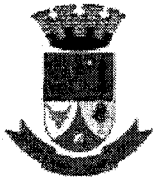
6.1.4 Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

6.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

6.1.6 Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

6.1.7 Fiscalizar através da Secretaria competente a execução do contrato, com o direito de impugnar tudo o que estiver em desacordo com estas instruções e a boa técnica de execução;

6.2 Da Contratada



6.2.1 Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial;

6.2.2 Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços;

6.2.3 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;

6.2.5 Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, no edital e seus anexos;

6.2.6 Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital;

6.2.7 Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;

6.2.8 Ser responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.2.9 Respeitar e exigir que o seu pessoal observe e respeite a legislação sobre a segurança, higiene, medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados, crachás, e quando necessário, os EPI's de segurança.

6.2.10 Deverá obrigatoriamente manter em dia o registro em Carteira de Trabalho (CTPS) dos seus empregados que executarão os serviços objeto dessa licitação.

6.2.11 Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade e observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidente do trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à execução dos serviços;

6.2.12 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;

6.2.13 Submeter os veículos à vistorias técnicas determinadas pelo Município, além da autorização prevista no CTB;

6.2.13 Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

6.2.14 Adequar os veículos a serem utilizados no transporte escolar às determinações do CTB, por solicitação do município, quando novas regras entrarem em vigor;

6.2.15 Quando impossibilitada de execução do serviço contratado por defeito, sinistro ou manutenção preventiva no veículo, a contratada obriga-se a sua reposição imediatamente utilizando-se de outro veículo com as mesmas características constantes no edital e neste contrato, não recaindo nenhum custo sobre o Município e este sendo notificado no prazo de 24 horas do acontecimento, não podendo em hipótese alguma, interromper o serviço contratado;

6.2.16 Quando o motorista identificado no edital e neste contrato ficar impossibilitado, a contratada obriga-se a substituí-lo por outro com as mesmas qualificações, não recaindo nenhum custo sobre o Município e este sendo notificado no prazo de 24 horas do acontecimento, não podendo em hipótese alguma, interromper o serviço contratado.

6.2.17 A escolha dos profissionais que prestarão os serviços em nome da Contratada caberá à mesma, resguardando-se o Município, o direito de exigir a substituição de prestadores, em nome da qualidade dos serviços.



6.2.18 Caso a empresa opte por pagamento parcelado da apólice de seguro, deverá ser apresentado mensalmente, junto com a emissão da Nota Fiscal/Fatura, o comprovante do pagamento mensal do seguro.

6.2.19 A Prefeitura se reserva do direito de alterar horários e destinos, sempre de acordo com a demanda e solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

6.2.20 O veículo utilizado pelo contratado deverá ser compatível com o número de alunos transportados. Vedado o tráfego pelo mesmo local computando a quilometragem.

7. DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATADO, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

8. DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos do art. 78 e com observância dos termos do art. 79 da lei nº 8.666/93.

Em caso de rescisão administrativa, as multas previstas no ato convocatório, não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas (art. 55, inciso IX, 8.666/93)

O contrato poderá ser alterado na forma estabelecida nos incisos I e II do art. 65 da Lei 8.666/93.

9. DA CESSÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do MUNICÍPIO.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos a este contrato serão dirimidos na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e edital desta licitação, o qual se encontra vinculado.

Fica eleito o Foro de General Câmara, para dirimir as dúvidas decorrentes deste contrato na via Judicial.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 3 vias de igual teor e forma.

General Câmara, 19 de fevereiro de 2018.

HELTON HOLZ BARRETO

Prefeito Municipal

ELISANDRA GROSS CAMPOS

Empresa Vencedora